



Às nove horas do dia dezessete de setembro de dois mil e quinze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, JOSÉ CARLOS ARAÚJO, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas junto ao TCM-PA, **MARIA INEZ GUEIROS**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Convocados os Conselheiros Substitutos, **ADRIANA OLIVEIRA, ALEXANDRE CUNHA, e SÉRGIO DANTAS**, para apresentarem proposta de Decisão, nos termos do inciso II, Artigo 72 do RI/TCM/Pa. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 054/2015. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 201205799-00; Secretaria Municipal de Habitação de Belém; Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº 21.701/2011;** Responsável: Aclêmilda Souza Ferreira; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia, com pedido de vista ao Conselheiro Daniel Lavareda na Sessão Plenária do dia 11.12.2014; **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda proferiu seu **VOTO VISTA**: "*pelo conhecimento e provimento total do Recurso, com a modificação da decisão recorrida, pela regularidade das contas*". **Em votação**: a Conselheira Mara Lúcia retificou seu voto proferido na Sessão do dia 11.12.2014, acompanhando o Voto Vista do Conselheiro Daniel Lavareda, seguida pelos Conselheiros, Cezar Colares e Antonio José Guimarães, e pelo Conselheiro Substituto Sérgio Dantas. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento total do Recurso, com a modificação da decisão recorrida, pela regularidade das contas (Acórdão nº 27.652). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 614132013-00; FUNDEB de Primavera; Prestação de Contas - 2013;** Responsável: Adelina Bezerra Ribeiro; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 27.653). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 614002013-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Primavera; Prestação de Contas - 2013;** Responsável: Antônia de Fátima Costa Santos; Instrução: 5º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade



das contas (Acórdão nº 27.654). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1073242013-00; Fundo Municipal de Saúde de Abel Figueiredo; Prestação de Contas – 2013; Responsável: Edmir Santiago Maciel; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas (Acórdão nº 27.655). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 1330252013-00; Fundo Municipal de Educação de Cachoeira do Piriá; Prestação de Contas – 2013; Responsável: Maria Bernadete Bessa do Nascimento; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Retirado de pauta. **Processo nº 262112013-00; Fundo Municipal de Educação de Colares; Prestação de Contas – 2013; Responsável: Eliene Cristina Mendonça dos Santos; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Retirado de pauta. **Processo nº 364192013-00; FUNDEB de Itaituba; Prestação de Contas – 2013; Responsável: Ana Paula da Silva Santos; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 27.656). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 652042013-00; Fundo Municipal de Educação de Salinópolis; Prestação de Contas – 2013; Responsável: Yolanda Corrêa Barros; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva (Acórdão nº 27.657). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 652032013-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Salinópolis; Prestação de Contas – 2013; Responsável: Miriam de Almeida Holanda Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva (Acórdão nº 27.658). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 1422042013-00; Fundo Municipal de Educação de São João da Ponta; Prestação de Contas – 2013;**



81 Responsável: Gisele de Oliveira Monteiro (Período de 01/01 a 31/01) e Luciane Cipriano Moreira (de
82 01/02 a 31/12); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;
83 Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015. Cumprindo
84 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
85 pela irregularidade das contas das Ordenadoras, com o recolhimento do valor referente à conta
86 "Agente Ordenador", multa referente a primeira Ordenadora, com encaminhamento de cópia dos
87 autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. Presença do Contador
88 do Ordenador, Dr. Jorge Luiz Soares Evangelista Júnior, nº – PA 019072/0-3 - CRC, que solicitou, em
89 sede de preliminar, a reabertura da instrução do processo para análise de nova documentação, nos
90 termos do Art. 183 do RI/TCM/Pa. **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares negou a preliminar
91 suscitada, no que foi acompanhado pelos demais Conselheiros. Em seguida, o Conselheiro Relator
92 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
93 irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos
94 autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.659). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão.
95 **Processo nº 1260162013; Fundo Municipal de Educação de Terra Santa; Prestação de**
96 **Contas – 2013; Responsável: Norma Pantoja Coelho; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério**
97 **Público: Procuradora Maria Inês Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº**
98 **32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
99 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em**
100 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
101 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 27.660). Presidência do
102 Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 42122009-00; Fundo Municipal de Educação de**
103 **Alenquer; Prestação de Contas – 2009 – Contas de Gestão; Responsável: José Carlos da**
104 **Conceição Ribeiro; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;**
105 **Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.**
106 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
107 manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
108 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
109 decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos
110 autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.661). Presidência do Conselheiro Cezar Colares.
111 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo, do Conselheiro Daniel
112 Lavareda e da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 560192012-00; Fundo Municipal de**
113 **Assistência Social de Peixe Boi; Prestação de Contas; Responsável: Élia Jaques Rodrigues.**
114 **Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:**
115 **Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo
116 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
117 pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
118 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
119 regularidade das contas (Acórdão nº 27.662). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência,
120 por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo, do Conselheiro Daniel Lavareda e da



121 Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 922222013-00; Serviço Autônomo de Água e Esgoto**
122 **de Dom Eliseu; Prestação de Contas – 2013 – Contas de Gestão; Responsável: Jorge Alves de**
123 **Araújo; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José**
124 **Guimarães; Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o
125 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das
126 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
127 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
128 contas (Acórdão nº 27.663). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da
129 votação, dos Conselheiros José Carlos Araújo, Daniel Lavareda e Mara Lúcia. **Processo nº**
130 **370012006-00; Prefeitura Municipal de Itupiranga; Pedido de Revisão** contra a decisão
131 **objeto da Resolução nº 10.760, de 21.02.2013, que negou aprovação as contas do exercício de**
132 **2006; Responsável: Sr. Adécimo Gomes dos Santos (Ex-Prefeito); Instrução: 2ª Controladoria;**
133 **Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Substituta Adriana**
134 **Oliveira (Redistribuído do Conselheiro Cezar Colares); Publicado no DOE nº 32.970, de**
135 **14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
136 dos autos e manifestou-se pelo deferimento e procedência do Pedido de Revisão, com a exclusão da
137 responsabilidade do Ordenador da irregularidade referente as despesas realizadas com processos
138 licitatórios, e manutenção da decisão pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em**
139 **discussão**. A Conselheira Substituta apresentou sua **proposta de Decisão, em preliminar**: *"pelo*
140 *indeferimento do pedido de revisão ora examinado, por não preencher os requisitos específicos de*
141 *admissibilidade"*. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares divergiu da proposta apresentada e votou
142 pela admissibilidade do Pedido de Revisão, no que foi acompanhado pelos demais Conselheiros
143 presentes. Presença em Plenário do Advogado do Ordenador, Dr. Walmir Hugo dos Santos, OAB –
144 15317/Pa, que fez uso da palavra nos termos do Art. 190 do RI/TCM/Pa. Na sequência, autorizada
145 pelo Plenário a juntada de documentos, nos termos do Art. 183 do RI/TCM/Pa, sobre os quais a
146 Conselheira Substituta procedeu o respectivo exame. Em seguida, a Conselheira Substituta
147 apresentou sua **proposta de Decisão, de mérito**: *"julgar procedente o pedido de revisão, para alterar*
148 *a decisão impugnada e recomendar à Câmara Municipal de Itupiranga a aprovação, com ressalvas, das contas*
149 *prestadas pelo Prefeito do Município, referentes ao exercício de 2006"*. **Em votação**: o Conselheiro Cezar
150 Colares ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelos
151 demais Conselheiros. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
152 admissibilidade do Pedido de Revisão, com a alteração da decisão pela emissão de parecer prévio
153 pela regularidade das contas, com ressalvas (Resolução nº 12.042). Presidência do Conselheiro
154 Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo**
155 **870022000-00; Câmara Municipal de Xinguara; Recurso de Reconsideração** contra a
156 **decisão do Acórdão nº 12.286/04 (Prestação de Contas de 2000); Responsáveis: Srs. Florêncio**
157 **Coelho T. Filho (01.01 a 10.04 e 01.06 a 31.12.2000) e José Gomes da Silva Filho (11.04 a**
158 **31.05.2000); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;**
159 **Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Retirado de
160 pauta. **Processo nº 201305682-00; SEMOB/SEURB de Belém; Recurso Ordinário** contra a



161 decisão do Acórdão nº 22.997/2012; Responsável: Luiz Otávio Mota Pereira (01.01 a 09.08) e
162 Natanael Alves Cunha (10.08 a 31.31.2005); Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público:
163 Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no**
164 **DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
165 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento do
166 Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pelo*
167 *conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a modificação da decisão, e a manutenção das multas*
168 *consignadas na decisão guerreada*”. **Em votação**: a Conselheira Mara Lúcia pediu VISTA dos autos. Os
169 demais Conselheiros aguardarão o retorno do processo para manifestação. Presidência do
170 Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.
171 **Processo nº 201501234-00; Câmara Municipal de Faro; Outros - Representação – 2014;**
172 **Responsável: Francivaldo da Silveira M. Feijó; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;**
173 **Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo
174 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
175 pelo arquivamento, uma vez comprovado no e-contas o repasse correto ao Legislativo. A matéria foi
176 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
177 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela improcedência da denúncia, com o seu
178 arquivamento (Acórdão nº 27.664). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião
179 da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
180 **201214733-00; Centro Comunitário Cosme e Damião – SEMEC - Belém; Prestação de**
181 **Contas** do Convênio nº 071/2012, firmado com a SEMEC; Responsável: Izaias Galucio Froes;
182 Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva;
183 Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha
184 (Redistribuído do Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 32.970, de**
185 **14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
186 dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
187 Conselheiro Substituto apresentou sua **proposta de Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A
188 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
189 contas (Acórdão nº 27.665). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201214796-**
190 **00; Centro Comunitário Sociedade Civil Perpétuo Socorro; Prestação de Contas** do
191 Convênio nº 077/2012, firmado com a SEMEC; Responsável: Manoel Darci Dias; Instrução: 7º
192 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado
193 para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Redistribuído do
194 Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo
195 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
196 pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto
197 apresentou sua **proposta de Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou
198 a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 27.666).
199 Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201316628-00; Fundo Ver-O-Sol de**
200 **Belém; Prestação de Contas** do Convênio nº 012/2013, firmado com a Faculdade Integrada Brasil



201 Amazônia; Responsável: Maria de Belém Batista Pereira; Instrução: 7º Controladoria; Ministério
202 Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para apresentar proposta
203 de decisão: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Redistribuído do Conselheiro José Carlos
204 Araújo); Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o
205 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das
206 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua **proposta**
207 **de Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à**
208 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 27.667). Presidência do
209 Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201218339-00; FUMBEL de Belém; Prestação de**
210 **Contas** do Termo de Compromisso nº 039/2011; Responsável: Alice Joselina Andrade Lourinho;
211 Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Cezar
212 Colares; Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015. Cumprindo dispositivo regimental, o
213 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das
214 contas, face a não comprovação das despesas realizadas, não tendo os projetos, objeto dos
215 patrocínios, sequer sido aprovados pela FUMBEL, que os beneficiários sejam declarados inidôneos e
216 impedidos de receber qualquer tipo de recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O
217 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO: "pela irregularidade das contas do Termo de Compromisso, com**
218 **recolhimento do valor total repassado, multas, declaração de Inidoneidade do interessado/patrocinado, e**
219 **encaminhamento de cópia dos autos Ministério Público Estadual "**. **Em votação:** a Conselheira Mara Lúcia
220 acompanhou o Ministério Público. Os demais Conselheiros acompanham o Relator, na íntegra. A
221 Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das
222 contas do Termo de Compromisso, com declaração de Inidoneidade do interessado/patrocinado. **Por**
223 **maioria:** com recolhimento do valor total repassado, multas, e encaminhamento de cópia dos autos
224 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.668). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Vencida a
225 Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão do recolhimento do valor total repassado, das multas, e
226 do encaminhamento de cópia dos autos Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da
227 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201218453-00; FUMBEL de Belém;**
228 **Prestação de Contas** do Termo de Compromisso nº 158/2011; Responsável: Sérgio Raiol dos Reis;
229 Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:
230 Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015. Cumprindo dispositivo
231 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
232 irregularidade das contas, face a não comprovação das despesas realizadas, não tendo os projetos,
233 objeto dos patrocínios, sequer sido aprovados pela FUMBEL, que os beneficiários sejam declarados
234 inidôneos e impedidos de receber qualquer tipo de recurso. A matéria foi colocada **em discussão**.
235 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO: "pela irregularidade das contas do Termo de Compromisso,**
236 **com recolhimento do valor total repassado, multas, declaração de Inidoneidade do interessado/patrocinado, e**
237 **encaminhamento de cópia dos autos Ministério Público Estadual "**. **Em votação:** a Conselheira Mara Lúcia
238 acompanhou o Ministério Público. Os demais Conselheiros acompanham o Relator, na íntegra. A
239 Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das
240 contas do Termo de Compromisso, com declaração de Inidoneidade do interessado/patrocinado. **Por**



241 **maioria:** com recolhimento do valor total repassado, multas, e encaminhamento de cópia dos autos
242 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.669). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Vencida a
243 Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão do recolhimento do valor total repassado, das multas, e
244 do encaminhamento de cópia dos autos Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da
245 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201220189-00; FUMBEL de Belém;**
246 **Prestação de Contas** do Termo de Compromisso nº 304/2012; Responsável: Euraci Ribeiro
247 Martins; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:
248 Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo
249 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
250 irregularidade das contas, face a não comprovação das despesas realizadas, não tendo os projetos,
251 objeto dos patrocínios, sequer sido aprovados pela FUMBEL, que os beneficiários sejam declarados
252 inidôneos e impedidos de receber qualquer tipo de recurso. A matéria foi colocada **em discussão.**
253 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "*pela irregularidade das contas do Termo de Compromisso,*
254 *com recolhimento do valor total repassado, multa, declaração de Inidoneidade do interessado/patrocinado, e*
255 *encaminhamento de cópia dos autos Ministério Público Estadual*". **Em votação:** a Conselheira Mara Lúcia
256 acompanhou o Ministério Público. Os demais Conselheiros acompanham o Relator, na íntegra. A
257 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das
258 contas do Termo de Compromisso, com declaração de Inidoneidade do interessado/patrocinado. **Por**
259 **maioria:** com recolhimento do valor total repassado, multa, e encaminhamento de cópia dos autos
260 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.670). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Vencida a
261 Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão do recolhimento do valor total repassado, da multa, e do
262 encaminhamento de cópia dos autos Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação,
263 do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201400999-00; FUMBEL de Belém; Prestação**
264 **de Contas** do Termo de Compromisso nº 270/2012; Responsável: Pedro Dennys de Sousa
265 Gonçalves; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;
266 Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo
267 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
268 pela irregularidade das contas, face a não comprovação das despesas realizadas, não tendo os
269 projetos, objeto dos patrocínios, sequer sido aprovados pela FUMBEL, que os beneficiários sejam
270 declarados inidôneos e impedidos de receber qualquer tipo de recurso. A matéria foi colocada **em**
271 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "*pela irregularidade das contas do Termo de*
272 *Compromisso, com recolhimento do valor total repassado, declaração de Inidoneidade do*
273 *interessado/patrocinado, e encaminhamento de cópia dos autos Ministério Público Estadual*". **Em votação:**
274 a Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Ministério Público. Os demais Conselheiros acompanham o
275 Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
276 irregularidade das contas do Termo de Compromisso, com declaração de Inidoneidade do
277 interessado/patrocinado. **Por maioria:** com recolhimento do valor total repassado, e
278 encaminhamento de cópia dos autos Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.671). Presidência do
279 Conselheiro Sérgio Leão. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão do recolhimento do
280 valor total repassado, e do encaminhamento de cópia dos autos Ministério Público Estadual.



281 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201408824-00;**
282 **Instituto de Previdência e Assistência do Município de Capanema; Aposentadoria -**
283 **Portaria nº 012/2014, de 23.04.2014; Interessada: Geraldina de Sousa Barreto; Ministério Público:**
284 **Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no**
285 **DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
286 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em**
287 **discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
288 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.672). Presidência do
289 Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.
290 **Processo nº 201411697-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de**
291 **Capanema; Aposentadoria -** Portaria nº 016/2014, de 24.06.2014; Interessada: Maria de Nazaré
292 de Souza Lisboa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara
293 Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o
294 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A
295 matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência
296 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº
297 27.673). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro
298 José Carlos Araújo. **Processo nº 201411699-00; Instituto de Previdência e Assistência do**
299 **Município de Capanema; Aposentadoria -** Portaria nº 018/2014, de 24.06.2014; Interessada:
300 Sônia Maria de Jesus Holanda; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva;
301 Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo
302 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
303 pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu
304 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo registro do
305 Ato (Acórdão nº 27.674). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da
306 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201411714-00; Instituto de**
307 **Previdência e Assistência do Município de Capanema; Aposentadoria -** Portaria nº
308 026/2014, de 24.06.2014; Interessada: Ângela Maria Ribeiro da Silva; Ministério Público:
309 Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no**
310 **DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
311 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em**
312 **discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
313 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.675). Presidência do
314 Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.
315 **Processo nº 201411724-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de**
316 **Capanema; Aposentadoria -** Portaria nº 031/2014, de 26.06.2014; Interessada: Maria da
317 Conceição Gomes de Araújo; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva;
318 Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo
319 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
320 pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu



VOTO. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.676). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201311297-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria** - Portaria nº 045/2015, de 23.03.2015; Interessada: Ana Maria Penha Santiago; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator Convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Redistribuído do Conselheiro Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.677). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201312680-00; Instituto de Previdência do Município de Ananindeua; Aposentadoria** - Portaria nº 110/2013, de 01.08.2013; Interessada: Arlete Ferreira Queiroz; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator Convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Redistribuído do Conselheiro Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.678). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201312682-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria** - Portaria nº 090/2015, de 23.03.2015; Interessada: Rita Barbosa de Oliveira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator Conselheiro Substituto para apresentar proposta de decisão: Sérgio Dantas (Redistribuído do Conselheiro Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.679). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201312683-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria** - Portaria nº 090/2015, de 22.04.2015; Interessada: Souli de Fátima Maués Bentes; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.680). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201318258-00; IPASEMAR - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá; Pensão** - Portaria nº 333/13, de 23.09.13; Interessada: Maria Luzeli da Silva de Souza; Ministério Público:



Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.681). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201320482-00; IPASEMAR - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá; Pensão** - Portaria nº 515/13, de 18.10.14; Interessado: Alefe Fernandes de Souza e Amanda Beatriz Fernandes da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.682). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201420546-00; Secretaria Municipal de Saúde - SESMA/PMB de Belém; Contratos Temporários**; Interessado: Herbert Paulino Cordeiro e outros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.683). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1254402004-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Terra Alta; Prestação de Contas** – 2004; Responsável: Maria de Fátima da Silva Pinto; Instrução: Auditor Leonardo Macieira; Ministério Público; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Redistribuído Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva, comprovada a negociação da dívida com o INSS. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva. **Por maioria**: com aplicação de multas (Acórdão nº 27.684). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da aplicação das multas. **Processo nº 201309873-00 (142031999-00); Companhia de Transporte de Belém – CTBEL; Recurso de Reconsideração** contra a decisão do Acórdão nº 22.931/2012 (Prestação de Contas de 1999); Responsável: Cristina Maria Baddini Lucas; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Redistribuído Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 32.970, de 14.09.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público



ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso, com a manutenção da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso, com a manutenção da decisão recorrida (Acórdão nº 27.685). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201512246-00; SEMED/PMA de Ananindeua; Prestação de Contas; Instrução: 2º Controladoria; Relator: Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário a revogação de Medida Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do inciso I, do Art. 146 do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a revogação de Medida Cautelar apresentada (Acórdão nº 27.686). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201512247-00; SESAN/PMA de Ananindeua; Prestação de Contas; Instrução: 2º Controladoria; Relator: Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário a revogação de Medida Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do inciso I, do Art. 146 do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a revogação de Medida Cautelar apresentada (Acórdão nº 27.687). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201512252-00; Prefeitura Municipal de Abaetetuba; Prestação de Contas; Instrução: 2º Controladoria; Relator: Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário a revogação de Medida Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do inciso I, do Art. 146 do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a revogação de Medida Cautelar apresentada (Acórdão nº 27.688). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** Presidência do Conselheiro Cezar Colares. I – Apreciação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica. O Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra para submeter a apreciação do Plenário a proposta de Resolução que dispõe sobre a aprovação do Plano Plurianual do TCM/PA, para o período de 2016/2019, e a proposta de Resolução que aprova a Lei Orçamentária Anual do TCM/PA, para o exercício de 2016. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das propostas de Resoluções apresentadas. Em seguida, apresentou ao Plenário o Projeto de Resolução, encaminhado à Presidência pelo Conselheiro Daniel Lavareda, que *"institui a Comissão Gestora de estoque processual das prestações de contas ou tomadas de contas por natureza, fase processual e exercício financeiro, referentes aos exercícios de 1997 a 2014 que estejam em tramitação nesse Tribunal sem decisão definitiva ou terminativa, com o estabelecimento de metas, regras e prazos para julgamento"*, para análise e posterior deliberação Plenária. Após, convidou os Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Coordenadores, para participarem da apresentação que a Área Técnica fará no Plenário, após a Sessão, sobre o modelo de sistema para apresentação da prestação de contas dos dois primeiros quadrimestres deste ano, coordenado pela Corregedoria, para posterior apresentação aos Ordenadores, Contadores e demais responsáveis pela apresentação da prestação de contas no Tribunal. Por fim, informou que esta semana o Tribunal recebe a visita do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), como parte do processo de credenciamento do TCM-PA para executar auditorias nos projetos e programas financiados pelo BID, principal fonte de financiamento multilateral da América Latina, e que oferece soluções para problemas de desenvolvimento. O TCM-PA repassou informações



sobre marco normativo, normas internas e regulamentos, procedimentos de controle de qualidade, estrutura organizacional e abordagem de auditoria do Tribunal, para que o BID efetuasse um diagnóstico adequado e conhecesse as práticas de auditoria realizadas pelo Tribunal de Contas, para posterior definição dos procedimentos de ajustes e capacitação a serem feitos, no sentido de adequar o TCM-PA às normas e práticas de auditoria adotadas pelo BID. A Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra para ressaltar a necessidade de apreciação do Projeto de alteração da Lei Orgânica. O Conselheiro Cezar Colares submeteu ao Plenário o próximo dia 22.09.2015, para apreciação da matéria, o que foi acatado por todos os Conselheiros presentes. A Conselheira Substituta Adriana Oliveira pediu a palavra para comunicar ao Plenário que foi aprovada na Sessão do dia 09.09.2015, pela Assembleia Legislativa do Estado (ALEPA), a mudança de denominação do cargo de Auditor para Conselheiro Substituto em todo o Estado do Pará, seguindo as diretrizes da ATRICON, e igualando o TCM-Pa a grande maioria dos Tribunais no Brasil, oportunidade em que agradeceu o apoio recebido do Conselheiro Cezar Colares, do Conselheiro Presidente do TCE, Luís Cunha, e do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Deputado Márcio Miranda. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS: Relator: Auditor Sérgio Dantas: 1) Processo nº 201119123-00;** Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista; Aposentadoria de Raimunda de Miranda Serrão. **2) Processo nº 201214296-00;** Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Santa Cruz do Arari; Aposentadoria de Ernani Costa Alves. **3) Processo nº 201217519-00;** Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos de Cachoeira do Arari; Aposentadoria de Dorcas Ramos Calandrine. **4) Processo nº 201406528-00;** Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria de Ermogenes de Santana Lima. **5) Processo nº 201408036-00;** Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria de Maria Helena de Assis Laranjeira. **6) Processo nº 201303913-00;** Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Maria Raimunda da Costa Medeiros. **7) Processo nº 201406993-00;** Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Angela Maria dos Santos. **8) Processo nº 201412652-00;** Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Maria Dinair Teles Viana. **9) Processo nº 201504209-00;** Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Maria da Conceição Araújo da Costa. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezessete de setembro de dois mil e quinze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**
Presidente da Sessão

Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**
Presidente da Sessão